



SOCIOLOGIA

Emanuel Isaque – Sociologia do Trabalho



## SOCIOLOGIA DO TRABALHO: O CENECITO DO TRABALHO DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XVI

### *SOCIOLOGY OF WORK: THE CONCEPT OF WORK FROM TO THE XVI CENTURY*

Emanuel Isaque Cordeiro da Silva – IFPE-BJ, CAP-UFPE e UFRPE<sup>1</sup>

### RESUMO

Ao longo da história da humanidade, o trabalho figurou-se em distintas posições na sociedade. Na Grécia antiga era um assunto pouco, ou quase nada, discutido entre os cidadãos. Pensadores renomados de tal época, como Platão e Aristóteles, deixaram a discussão do trabalho para um último plano. Após várias transformações sociais entre diferentes eras e povos, o trabalho foi ganhando espaço nos debates entre os povos, como os caldeus, hebreus e romanos. O trabalho conferiu-se no escopo da discussão social. Na Idade Média, com Agostinho, Santo Aquino e outros o labor foi concebido como algo benéfico e divino. O que se via como algo “escravo” ao povo, transformou-se em necessidade e benevolência divina.

Palavras-chave: Conceito, Trabalho; História; Definição.

<sup>1</sup> Bacharelado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (2019-). Tecnólogo em Agropecuária pelo Instituto Federal de Pernambuco *Campus* Belo Jardim (2016-2018). Normalista (magistério) pela Escola Estadual Frei Cassiano Comacchio (2014-2017). Pesquisador assíduo de assuntos com cunho educacional, filosófico, político e social. Contatos: [esaque335@gmail.com](mailto:esaque335@gmail.com) / [eics@discente.ifpe.edu.br](mailto:eics@discente.ifpe.edu.br) e WhatsApp: (82)9.8143-8399.



## ABSTRACT

Throughout the history of mankind, work has figured itself in different positions in society. In ancient Greece it was a little matter, or almost nothing, discussed among the citizens. Renowned thinkers of such a time, like Plato and Aristotle, left the discussion of the work for a last plan. After several social transformations between different eras and peoples, work was gaining space in the debates among peoples, such as the Chaldeans, Hebrews and Romans. The work has taken place within the scope of social discussion. In the Middle Ages, with Augustine, Saint Aquinas and others the work was conceived as something beneficial and divine. What was seen as something “slave” to the people, became need and divine benevolence.

Keywords: Concept; Work; History; Definition.

---

## BASES TEMÁTICAS DESSE TRABALHO

- O trabalho é um conceito construído socialmente;
- A modernidade trouxe consigo mudanças significativas quanto à valorização do trabalho;
- A origem dos mercados de trabalho, juntamente com o surgimento do capitalismo, minimizaram o trabalho como um mero emprego assalariado;
- O trabalho, no entanto, apresenta múltiplas manifestações nas nossas sociedades.

## O CONCEITO DO TRABALHO DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XVI

### 1. A VISÃO GREGA DE TRABALHO

Começamos pelos gregos, uma civilização excitante que, durante muitos séculos antes de Cristo, já começava a elaborar riquíssimas reflexões sobre vários aspectos da vida humana.

No entanto, surpreende aqueles de nós que já ler os primeiros filósofos gregos, como entre tantas análises rigorosas e “diálogos”, um elemento tão central na vida social dos povos, como o trabalho havia tido escassa repercussão. A explicação só faz sentido, justamente, ao analisar a valorização que esses grandes pensadores tinham acerca do nosso objeto de estudo que é o trabalho. Embora, como supracitado, os gregos não tivessem uma visão unânime sobre o trabalho, não é menos certo assinalar que para esta civilização o trabalho foi considerado um fato altamente desvalorizado. O trabalho, para eles, dado a sua vinculação com a dimensão de



## SOCIOLOGIA

constrangimento e necessidades, limitava a liberdade dos indivíduos, condição indispensável para integrar o mundo da “pólis” na qualidade de cidadão. O homem livre realizava atividades absolutamente desinteressadas: a atividade intelectual (que não era considerada trabalho) fazia parte do ócio e da contemplação.

O trabalho, reservado apenas aos escravos, como bem sinala Hopenhayn (1955), significava uma mera função produtiva. Portanto, o escravo passou a ser unicamente uma força de trabalho.

Como tal, ele não tem personalidade e pertence ao seu mestre, como uma coisa entre muitas. Como objeto de propriedade, escapa ao pensamento antropológico que domina a filosofia sofista e socrática, porque para o cidadão grego falar de escravo não implica um sujeito pensante, senão uma coisa ou, no máximo, a força. Também escapa ao pensamento platônico, porque, como uma coisa, parece totalmente desvalorizado na construção idealista-dualista da realidade (HOPENHAYN, 1988. p. 23 – Tradução própria).

Três termos fundamentais que devemos recordar da tradição grega:

- 1 – *Ponos*: penalidade, fadiga;
- 2 – *Banausia*: trabalho mecânico, e
- 3 – *Ergon*: realização.

Vejamos como essa noção de trabalho é construída como algo servil (*ponos*), ao qual uma visão positiva de lazer e contemplação foram contrastadas como uma atividade puramente humana e libertadora.

As raízes do supracitado são encontradas no valor eticamente supremo da autarquia socrática. Segundo essa noção alcunhada por Sócrates (469-399 a.C.), todo aquele que trabalha está submetido tanto à matéria como aos homens para quem trabalha. Nessa medida, sua vida carece de autonomia e, portanto, de valor moral. Naturalmente, não só os escravos, mas também qualquer trabalhador dedicado a todos os tipos de tarefas manuais, foram desprezados por um pensamento helênico indubitavelmente aristocrático.

Para Platão (427-347 a.C.), de origem aristocrática, descendente do último rei de Atenas e discípulo de Sócrates, a autarquia continua a ser perpetrada como um valor ético supremo e, em consonância com os interesses da aristocracia fundiária, afirmava que somente a agricultura evocava autêntica autonomia. Dessa forma, o pensamento platônico restringiu a participação política a escravos, comerciantes e artesãos. Todos eles têm em comum a dependência das condições materiais em que produzem e trocam mercadorias.

O plano político estará intimamente relacionado ao econômico-trabalhista: somente quem é capaz de governar a si mesmo (e como sabemos, acontece com aqueles que não



trabalham ou possuem terras), pode governar os outros. Somente a liberação total da prática mundana do trabalho abre as possibilidades de dedicar-se, como fez Platão, à contemplação (σχολή), à filosofia e às ciências, e por meio disso saber distinguir o bem do mal, o justo do injusto, o verdadeiro do falso. Quem poderia dedicar-se a tais “tarefas nobres”? Evidentemente, aqueles que não precisam fazer parte da população trabalhadora, isto é, a aristocracia. Esse sistema de governo aristocrático foi defendido, obviamente, por Platão. Em sua “*A República*” sinala que o governo perfeito é o aristocrático, e que a este se sucedem a timocracia (governo dos guerreiros), a oligarquia (dos ricos) e a democracia (“governo daqueles que amam o prazer, a mudança e a liberdade), que perece por seus excessos nas mãos de alguns homem audaz que se coloca à frente do povo para defender a democracia e “do tronco desses protetores do povo nasce o tirano”, dando origem à tirania.<sup>2</sup> Em seu diálogo “*O Político*” podemos ler:

Aqueles que possuem a si mesmos através da compra, e aqueles que podem ser chamados sem nenhuma discussão de escravos, não participam da arte real [...] E todos aqueles que são livres, se dedicam espontaneamente a atividades servis como as supracitadas, transportando e trocando produtos da agricultura e de outras artes; que nos mercados, indo de cidade em cidade por mar e terra, trocando dinheiro por outras coisas ou por dinheiro, o que chamamos de banqueiros, comerciantes, marinheiros e revendedores, poderão, por acaso, reivindicar para eles algo da ciência política? [...] Mas também aqueles que estão dispostos a prestar serviços a todos por salários ou por subsídios, nunca os encontramos participantes na arte de governar [...] Como os chamaremos? Como você acabou de dizer agora: servidores, mas não governantes dos estados. (PLATÃO, 1983. pp. 237-8 – adaptado).

Esse estado ideal que Platão projetou em seus ensinamentos estava longe, a propósito, da democracia ateniense defendida por Péricles. De certa forma, Platão só confiava em uma elite no poder constituída por uns poucos (oligarquia) que não deveriam se render às tarefas servis da produção e circulação das riquezas. Para ele, as crianças aristocráticas deveriam ser selecionadas desde a infância, recebendo uma educação suficiente tanto em filosofia quanto nas “artes da guerra”. Aos trinta anos, eles já seriam capazes de passar por um exame donde seriam selecionados os “filósofos-reis” encarregados do governo. De fato, no entanto, suas concepções de governo nunca poderiam ser executadas com pureza; ou pela chamada “contrarrevolução aristocrática”, ou pela invasão estrangeira subsequente.

Essa visão do trabalho que estamos a analisar, como bem sinala Henri Arvon (1914-1992), conduz a uma sociedade basicamente conservadora e estancada no produtivo.<sup>3</sup> A ideia

---

<sup>2</sup> FAYT, C. S. Historia del pensamiento político. Grecia, Buenos Aires, Omeba, Col. América en letras, 1966, pág. 27.

<sup>3</sup> ARVON, H. **A filosofia do trabalho**. Trad. João Carlos Cunha. Lisboa: Socicultur, 1961.



## SOCIOLOGIA

de liberdade, ócio e contemplação como valores superiores, propõe um desprezo pelo trabalho que, como vimos, é uma atividade puramente transformadora. Há aqueles que, mediante tal contestação, arriscam fundamentar que grande parte do subdesenvolvimento tecnológico na Grécia derive justamente a essa cultura tão peculiar em relação ao trabalho. Caso contrário, se houvesse escravos, por que avançar em conhecimentos que facilitaram o trabalho? Não nos surpreende, nesse sentido, que uma civilização capaz de criar conhecimentos espetaculares em áreas particularmente complexas como a geometria (Euclides), por outro lado, não soubesse (ou não gostaria) de avançar em conhecimentos técnicos aplicáveis ao campo econômico-trabalhista.

Já vimos como a cidadania era o escopo da de alguns aristocratas da civilização helênica. Hannah Arendt (1906-1975) sinalava que os gregos distinguiam entre os escravos, os inimigos vencidos (*dmôes* ou *douloi*) que estavam encarregados do trabalho doméstico, e os *demiourgoi*, homens livres para se deslocarem do domínio privado para o público. Somente depois do século V, sinala Arendt, a pólis começou a classificar as ocupações de acordo com os esforços que eles exigiam. Nisso, Aristóteles (384-322 a.C.) teve que desempenhar um papel preponderante que colocou aqueles cujo “corpo está mais deformado” na faixa mais baixa. Ele não admitiria, portanto, aos estrangeiros (os escravos), nem tampouco aos *banausoi*, antes dos *demiourgoi*, trabalhadores e artesãos que deviam resignar-se ao mundo dos “*oikos*”. Estes, não só estavam submetidos à necessidade como eram incapazes de ser livres, mas também incapazes de governar a parte “animal” do seu ser (República, 590). Serão eles, não obstante, aqueles que permitem o florescimento da chamada democracia helênica, pois, quem senão os trabalhadores (escravos ou artesãos) poderia manter com seu esforço o ócio e a contemplação dos “homens livres”, cidadãos do mundo?

Como foi supracitado, será Aristóteles quem delimitará ainda mais os direitos de cidadania. Sua cidade ideal, como em Platão, diferenciaria os governantes dos governados. O primeiro, constituído pela classe militar, estadistas, magistrados e sacerdócio. O segundo, pelos agricultores, artesãos e os camponeses. Com os comerciantes há uma certa ambivalência: embora ele considerava uma ocupação antinatural, estava disposto a admiti-los até certo ponto em sua cidade ideal, cuja base seguiria sendo a escravidão. Em sua *Política*, ele explana:

A cidade mais perfeita não fará do trabalhador manual (artesão) um cidadão. Caso o admitir como tal, a definição de virtude cívica [...] não alcança todos os cidadãos, nem apenas os homens livres, mas só os que estão isentos de trabalhos indispensáveis à sobrevivência. Destes, os que estão a serviço de um só indivíduo, são escravos; os que servem a comunidade, são trabalhadores



manuais (artesãos) ou trabalhadores não qualificados (ARISTÓTELES, 1998, p. 203).

Tampouco compreenderá os agricultores como reivindicava Platão: “Tampouco deverão ser agricultores os futuros cidadãos, pois para a formação de sua virtude e para a atividade política, o ócio é necessário”.

Essa prolifera discussão ocorreu em uma civilização onde começaram a surgir as primeiras mudanças produtivas derivadas do crescimento econômico feito do descobrimento do ferro, e sua posterior divisão do trabalho, onde florescem os grupos de comerciantes e a aristocracia proprietária de terras começa a dominar. Os pensadores da época, mais aliados a estes últimos, contrariavam os princípios da acumulação comercial. Em sua *Política*, Aristóteles aconselha os cidadãos a absterem-se de qualquer profissão mecânica e de toda especulação mercantil. O primeiro, porque limita intelectualmente, e o segundo, porque degrada o ético.

Somente o ócio (*scholê*), para esses pensadores, permite a virtuosidade e a capacidade de julgar. A *Koinonia politiké* (comunidade dos homens livres) era típica daqueles que não precisavam de trabalho, relegando a população trabalhadora ao mero âmbito da reprodução material (*chrematistiké*), o que só era possível em um contexto de alta divisão do trabalho onde um grupo minoritário (oligarquia) vivia à custa do trabalho da maioria (muitos deles escravos).

O termo “ócio” provém de “*scholê*”, entendido entre os gregos como tempo para si mesmo, para a contemplação (*sjolé*) e, portanto, para a formação (*scholé* = escola). Desse ponto de vista, o ócio para os gregos é um fim em si mesmo. Entre os romanos, no entanto, adquire outra conotação. Em latim *octium*, designa o campo contraposto ao *neo-octium* (negócio), ou seja, é o tempo de descanso que permite dedicar-se ao negócio.

Tal visão sobre o trabalho e o ócio, respectivamente, não foi, no entanto, como supracitado no início, unanimemente desenvolvida em toda a história da civilização helênica. Os textos de Homero<sup>4</sup> (séculos IX e VIII a.C.) são mais reservados a respeito, mas acima de tudo, na Grécia antiga encontramos autores como Hesíodo (século VIII), que postulavam outras teses. Para o autor de “*Os trabalhos e os dias*”, o trabalho se constituía em um justo e necessário

---

<sup>4</sup> É muito interessante a leitura que Albert Camus faz a respeito do Mito de Sísifo ao qual, segundo Homero, o mais sábio e prudente dos mortais enquanto bandido. Ele foi condenado a empurrar uma pedra enorme para cima de uma encosta íngreme e depois rolá-la para baixo. Vale a pena a leitura desse trabalho sem sentido. Camus diz: “O trabalhador atual trabalha todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas e esse destino não é menos absurdo” (CAMUS, 2004. In: FALABRETTI, E.; OLIVEIRA, J. *Filosofia* – o livro das perguntas. 1ª ed. Curitiba: IESDE, 2011. p. 28).





SOCIOLOGIA

castigo que Zeus impôs aos homens pelo pecado de Prometeu. Note a similitude com a crença bíblica que veremos adiante. Hesíodo explana:

Lembre-se sempre do meu conselho e trabalhe [...] os deuses e os homens se indignam com quem ocioso vive, semelhante em caráter aos zangões sem ferrão, que consomem o esforço das abelhas [...] O trabalho não é nenhuma desonra; desonra é não trabalhar (HESÍODO, 2012. p. 93 e 95).

Também entre alguns sofistas (aqueles que vendiam sua sabedoria a quem gostaria de comprá-la), como Protágoras (século V a.C.), “o primeiro e o maior deles”<sup>5</sup>, coloca o estudo e a arte (técnica) na mesma faixa, e Antifonte (século V a.C.) disse: “[...] e as honras e preços, e toda a espécie de encorajamento que Deus incumbiu aos homens, devem necessariamente resultar de fadiga e suor”.<sup>6</sup>

Como conviveu a cultura grega com essas noções tão diferentes? Tenho a ideia, juntamente com Hopenhayn, que o desprezo dos pensadores gregos pelo manual foi causado pela violência dos guerreiros e dos aristocratas de plantão, que impuseram aos seja derrotados o jugo. Do trabalho árduo e difícil. Porque a aristocracia queria trabalhar nessas condições? A própria divisão do trabalho em si possibilitou o crescimento da civilização helênica, estava gerando diferentes classes com visões distintas sobre o trabalho. Por outro lado, surgiram os camponeses pobres, os derrotados e aqueles que tinham que viver do trabalho artesanal. Essas pessoas, na maioria das vezes isoladas do mundo da “polis”, gerariam suas próprias leituras dos acontecimentos, seus próprios espaços para o desenvolvimento cultural, inclusive sua própria religião, distante daquela imposta pela visão aristocrática, olímpica, contemplativa e estética dos “homens livres”.

## 2. A VISÃO DOS CALDEUS ACERCA DO TRABALHO

A leitura de outros povos e civilizações sobre este tema tem sido diferente. Entre os caldeus, por exemplo, a visão pejorativa analisada entre os gregos não é registrada. Nas escrituras sagradas da religião de Zaratustra (o *Avesta*), lemos: “É um santo aquele que constrói uma casa, na qual mantém o fogo, o gado, sua mulher, seus filhos, os bons párias. Aquele que faz a terra produzir trigo, que cultiva os frutos do campo, cultiva corretamente a pureza” (HOPENHAYN, 1988. p. 35).

---

<sup>5</sup> In: O'CONNOR, D. J. (org.). **História crítica de la filosofía occidental** – la filosofía en la antigüedad. Buenos Aires: Paidós, 1967. p. 50.

<sup>6</sup> In: HOPENHAYN, M. *op. cit.* p. 31.



SOCIOLOGIA

Para os caldeus, como se pode observar, o trabalho implica, de uma posição diametralmente oposta à helênica, uma contribuição na ordem econômica, mas também na espiritual. Trabalhar não é só “cultivar o trigo” (dimensão das necessidades fisiológicas), mas também “cultivar a pureza”, dimensão esta, relacionada com a satisfação das necessidades espirituais.

Por que apreciamos uma diferença tão acentuada entre essas culturas? Provavelmente, os diferentes graus de desenvolvimento dos povos levaram a isso. Enquanto entre os gregos primava uma divisão do trabalho, onde alguns tinham o status de “homens livres” dedicados à contemplação e ao ócio, outros não tinham escolha a não ser trabalhar, em uma situação de domínio em relação às natureza daqueles que o empregaram. Esse não foi o caso dos caldeus, que possuía uma escassa dividido trabalho, em que a todos se correspondia uma atividade laboriosa.

### 3. A VISÃO DOS HEBREUS SOBRE O TRABALHO

No meio do caminho entre os caldeus e os gregos, encontramos a avaliação do trabalho feita pelos hebreus, dessa vez, tingindo de ambivalências. Tal como ponderava Hesíodo entre os gregos, para os hebreus, o trabalho se constituía de um mal necessário; em um meio para expiar os pecados; dessa vez não de Prometeu, mas de Adão e Eva. Vamos ver, no entanto, alguns aspectos mais complexos.

A primeira coisa a se notar da perspectiva hebraica (compartilhada com o cristianismo) é o que eu resulta da leitura do livro de Gênesis, aquela história poética e cheia de imagens para elucidar facilmente a origem da criação. Lá se estabelece a ideia de um deus criador-trabalhador: “No princípio Deus criou o céu e a terra [...] No sétimo dia Deus já havia concluído a obra que realizara, e nesse dia descansou [...] de toda a obra que realizara na criação”.<sup>7</sup> Esse Deus como primeira causa (São Tomás de Aquino (1225-1274)) denota laboriosidade seu correspondente descanso, um binômio que será fundamental para compreender a evolução do direito do trabalho e do direito ao descanso semanal contemporâneo.

Digamos, em segundo lugar, que o Senhor Deus providenciou o trabalho no Éden: “O Senhor Deus colocou o homem no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo”.<sup>8</sup> Portanto, não é certa a ideia de que o trabalho é o resultado do pecado: ao contrário, é um trabalho árduo

---

<sup>7</sup> THE ZONDERVAN CORPORATION (Ed.). **A História** – a bíblia contada como uma só história do começo ao fim. Trad. Fabiano Morais. Rio de Janeiro: Sextante, 2012. pp. 10 e 12.

<sup>8</sup> *Ibidem*. p. 12.





SOCIOLOGIA

aquele que deriva do pecado segundo a tradição hebraico-cristã. Antes, na ausência do pecado, havia uma espécie de bom trabalho.

Foi o pecado original, que levou Deus a condenar Adão e Eva, e por isso a toda a humanidade, a “ganhar o pão com o suor da sua testa”. “Por isso o Senhor Deus o mandou embora do jardim do Éden para cultivar o solo do qual fora tirado”.<sup>9</sup> O *Talmude* diz: “Se o homem não encontra seu alimento como animais e pássaros, precisa ganhá-los, isso se deve ao pecado”.

Essa sentença, de caráter histórico, promove a ideia de trabalho como meio para expiar o pecado original, mas também como meio para produzir; isto é, legitimando a mudança inerente a todo trabalho e, portanto, legitimando também aquela vontade transformadora que caracterizou desde sempre os povos hebreus.<sup>10</sup> Agora, ao contrário dos caldeus, para os hebreus da antiguidade, o trabalho nunca teve um fim ético em si mesmo, mas foi constituído apenas como um meio. Essa visão esteve sempre presente, e caracteriza muito claramente a concepção que muitos integrantes de nossas sociedades contemporâneas possuem sobre o trabalho, além da religião de cada um.

#### 4. OS ROMANOS E O TRABALHO

Os romanos, por sua vez, deram uma importante contribuição para o desenvolvimento do conceito de trabalho. Se bem que, a grosso modo, não houvesse grandes diferenças com o pensamento dos gregos, com quem eles tinham em comum, além disso, uma maior divisão do trabalho fruto do desenvolvimento econômico e o uso massivo de mão de obra escrava<sup>11</sup>; a maior contribuição do ponto de vista de sua originalidade histórica estava presente na tradição jurídica que inauguraria o Império Romano. O maior impacto por meios jurídicos e não

---

<sup>9</sup> *Ibidem*. p. 15.

<sup>10</sup> Além de uma discussão política a esse respeito, poderíamos considerar que os grandes avanços feitos pelo povo hebreu em seus territórios podem ter uma leitura dessa visão cultural sobre o trabalho. Observe, a esse respeito, o impacto que o deserto israelita teve com o trabalho de tantos homens e mulheres judeus ansiosos para fazê-lo produzir; ou a gênese e desenvolvimento de modelos comunitários de produção, como os *kibutzim*, às vezes baseados em condições francamente difíceis de serem superadas.

<sup>11</sup> Aqui, no entanto, devemos esclarecer que os romanos chegaram a duvidar que a escravidão seja uma instituição natural. Por sua vez, o trabalho escravo foi considerado em seu momento como antieconômico, ou melhor, pouco produtivo, como surge dos escritos de Columela (4-70 d.C) sobre a agricultura. Plínio (23-79 d.C) era da mesma opinião. A esse respeito, conferir: ROLL, E. **História de las doctrinas económicas**. 2ª ed. México: FCE, 1942. p. 39-42.



filosóficos é explicado pelo fato de que os romanos, ao contrário dos gregos, não conseguiram “inspirar” a produção de grandes pensadores sociais.

Com efeito, para os romanos, como o escravo não era considerado uma pessoa, o viam-no desprovido de personalidade jurídica. Isso conduziu a negação da relação de trabalho entre a pessoa encarregada de um trabalho manual (escravo) e seu dono. Tal relação correspondia, acima de tudo, ao direito de propriedade que os juristas romanos haviam garantido quase sem limites para seus cidadãos. O problema, como aponta Hopenhayn, surgiu quando o proprietário não ocupa seu escravo, mas aluga-o para terceiros. Surge assim a figura do arrendamento de serviços, que deriva do arrendamento das coisas. Porém, como na realidade o que se alugava era a força de trabalho, a qualidade jurídica desloca-se para a atividade realizada pelo escravo. Dessa forma, a atividade do trabalhador, primeiro do escravo, posteriormente do homem livre, começa a ser tratada como uma coisa, e se converte em antecedente do arrendamento de serviços do Direito Civil moderno.

Ademais, na tradição romana, o trabalho manual estava desprestigiado. Cícero (106-43 a.C.) em *De Officiis*, estabeleceu com fria clareza “*ipsa merces est auctoramentum servitius*”<sup>12</sup> (todo trabalho assalariado é trabalho escravo).

A vida era difícil para esses trabalhadores: nos territórios sob domínio romano, Augusto (63-14 a.C.) tinha imposto um tributo à todos os homens que exerciam algum tipo de trabalho manual, além do imposto à residência, às valas e outros mais particulares como o imposto para a detenção de porcos.

Certamente, aqueles que levaram a pior parte no tempo da Roma Imperial foram os escravos (*servi*) sob domínio e propriedade de seus donos (*domini*). Me seus tempos de auge, a demanda de escravos em Roma era de 500.000 ao ano. Se compararmos com os 60.000 escravos negros trazidos à América nos anos de maior tráfico, teremos uma ideia mais ou menos exata da magnitude desse triste fenômeno.

## 5. O CRISTIANISMO E O TRABALHO

As mensagens do cristianismo primitivo, são inseridas logo, nesse tempo histórico, onde Roma se tornava o centro das maiores mobilizações de rebeldia da antiguidade. Isaías, nesse sentido, proclamaria que o Messias viria: “ [...] a pregar boas novas aos abatidos, a vender aos

---

<sup>12</sup> AUGUSTI, J. C. W. **CORPUS LIBRORUM SYMBOLICORUM**, quin in ecclesia reformatorum auctoritatem publicam obtinuerunt. 1a ed. Elberfeldi, 1827. p. 10.



quebrantados de coração, a publicar liberdade aos cativos, e aos presos a abertura do cárcere”<sup>13</sup>. Jesus, efetivamente, incluiu em sua missão, mensagens de libertação aos pobres e oprimidos.

Porém, ao contrário do supracitado, como bem sinala Eric Roll (1907-2005), dos antigos profetas hebreus, não o faria saudando as comunidades tribais com seu espírito de grupo; mas animado por uma mensagem mais universal e permanente, proclamando uma mudança mais completa e integral na conduta do homem em sociedade, onde os valores de justiça e amor se colocariam em um primeiro plano

Evidentemente, a mensagem do cristianismo primitivo, e mais concretamente de Cristo, distava muito dos filósofos gregos. Deixemos que Roll explique:

Temos visto que as doutrinas econômicas de Platão e, em certa medida, de Aristóteles, nasciam da aversão aristocrática ao desenvolvimento do comercialismo e da democracia. Seus ataques contra os males que acarreta o afã de acumular as riquezas são reacionárias: olham para trás, e o de Cristo olha para frente, pois exige uma mudança total nas relações humanas. Aqueles sonhavam com um estado ideal destinado a proporcionar a “boa vida” para os cidadãos livres unicamente e cujas fronteiras eram as da cidade-estado daquele tempo; Cristo pretendeu falar por todos e para todos os homens. Platão e Aristóteles haviam justificado a escravidão; os ensinamentos de Cristo sobre a fraternidade entre todos os homens e o amor universal eram incompatíveis com a ideia da escravidão, apesar das opiniões expostas depois por São Tomás de Aquino. Os filósofos gregos, interessados somente pelos cidadãos, sustentaram opiniões muito rígidas sobre a diferente dignidade das classes de trabalho, e consideravam as ocupações servis, com exceção da agricultura, como próprias apenas para os escravos. Cristo, ao dirigir-se aos trabalhadores de seu tempo, proclamou pela primeira vez a dignidade de todas as classes de trabalho, assim materiais como espirituais (1942. p. 42 – Tradução própria).

Não pode escapar desse estudo, o fato de que o próprio Jesus Cristo herdou o ofício de carpinteiro de seu “pai” José; e que escolheu seus discípulos entre os pescadores e artesãos da região.

Essa visão primitiva do cristianismo, no entanto, deve ser analisada no quadro das escrituras sagradas do Antigo Testamento que compartilha com a cultura (e obviamente a religião) hebraica. Nesse sentido, o trabalho não deixa de ser um meio, descartando-se como um fim em si mesmo. Mas, agora atribuindo-lhe um novo valor, sempre em tento um meio para um fim virtuoso: o trabalho será fundamental para permitir a satisfação das necessidades de cada um, mas também seus frutos, deverão ser inseridos em uma dimensão comunitária, onde o “próximo” necessitado esperará a contribuição fraterna e solidária do cristão. O trabalho, nessa perspectiva, não só possibilita o “tomar” mas também o “dar”. Em relação a dupla perspectiva, é onde podemos entender a crítica do cristianismo a acumulação da riqueza. Como

---

<sup>13</sup> Isaías: 61:1.



aponta o evangelista Mateus, “acumular o tesouro no céu, onde nem a traça nem a ferrugem os consomem, e onde os ladrões não perfuram nem roubam. Onde está o seu tesouro está seu coração”.<sup>14</sup>

Com São Paulo se incorpora um novo componente valioso: a obrigatoriedade moral do trabalho. Em sua carta aos Tessalonicenses dita claramente “ao que não trabalha que não coma”. Diz São Paulo:

Vocês sabem em que forma têm que nos imitar: nós trabalhamos enquanto estivemos entre vocês, não pedimos a ninguém um pão que não teríamos ganhado, senão que, de noite e dia, trabalhamos duramente até nos cansarmos, para não ser carga para nenhum de vocês [...] Além disso, quando estávamos com vocês lhes demos esta regra: se alguém não quiser trabalhar, não coma. Mas agora ouvimos que há entre vocês alguns que vivem sem nenhuma disciplina e não fazem nada, muito ocupados em meter-se em tudo. A estes lhes mandamos e lhes rogamos, por Cristo Jesus, nosso Senhor, que trabalhem tranquilos para ganhar a vida (II Tes. 3:10).

Essa frase, entendida somente no contexto de uma sociedade donde não existia um conceito de desemprego tal como entendemos atualmente, é curiosamente reproduzida pelo modelo soviético em pleno século XX. Com efeito, a Constituição da União Soviética estabeleceu em seu Artigo 12: “O trabalho é, na Rússia, uma questão de dever e de honra para todo cidadão fisicamente capaz. Essa obrigação é baseada no princípio: “quem não trabalha não come”.<sup>1516</sup>

Para São Paulo, o trabalho deve ser o meio para ganhar a vida. Ele quis ser exemplo e enquanto pregava continuava trabalhando, presumivelmente como tecelão de tendas. A obrigatoriedade moral se aplica na medida em que a pessoa está em condições de o fazer. Para os incapacitados a fazê-lo (idosos, crianças, deficientes, doentes, acidentados etc.) existia a obrigatoriedade do socorro segundo a máxima do amor (ágape) ao próximo. Essas sentenças morais têm hoje em dia uma importante quota de explicação para com as contemporâneas políticas sociais.

## 6. O TRABALHO NA IDADE MÉDIA

A Idade Média, período que ocupa desde o crepúsculo do Império Romano do Ocidente no século V pelos bárbaros, até o século XV, com a queda de Constantinopla, evidentemente mostra um conjunto importante de escolas e pensadores que marcaram pautas importantes para

---

<sup>14</sup> Mateus: 6:20-21.

<sup>15</sup> Disponível em: [A Nova Constituição Soviética – Marxists](#). Acesso em: 07/08/2019.

<sup>16</sup> Como podemos observar, o espírito anticlerical da União Soviética revelou-se falho ao citar a frase de São Paulo.



SOCIOLOGIA

discernir o valor do trabalho nas diferentes culturas. A organização econômica mais visível nestes mil anos, onde operou o trabalho, consistia em extensões grandes de latifúndios errados do Império Romano (o sistema econômico denominado feudalismo), onde (mediante a falta de escravos) recorreu-se à mão de obra camponesa para o trabalho. O sistema, implicava o arrendamento de parte dessas terras a ex-escravos ou homens livres, em troca de uma renda em dinheiro e espécies, além do cultivo das próprias terras senhoriais. Por certo, a figura do servo não distava muito da do escravo se tivermos em conta as condições de funcionamento do contrato de trabalho. O comércio também teve ser lugar no sistema feudal, o mesmo adquiriu grande importância em certas regiões ou lugares, à exemplo de Constantinopla. A atividade econômica seguia seu rumo na história, e depois dos séculos IX e X, o crescimento das forças produtivas deu lugar a uma maior acumulação por parte de componentes e artesãos e, por certo, a uma maior apropriação de excedentes por parte do Senhor feudal. Essa situação foi ativante para a construção dos primeiros Burgos ou cidades, onde o comércio e a indústria artesanal teriam um marco mais adequado para o seu desenvolvimento. Essa é a etapa do nascimento dos primeiros grêmios corporativos<sup>17</sup>. Então para o século XII, a estrutura feudal começa a desmoronar porque a produção de determinados bens começa a ser mais eficiente em cidades e não no feudo.

O dinheiro, então, passou a ganhar maior peso que a terra, o que obriga os senhores feudais a aumentar seus rendimentos. Isso leva a um empobrecimento lógico dos camponeses, o que não dura muito, porque na primeira metade do século XIV, a maior parte dos servos alcança sua liberdade.

Por sua vez, nessa apertada síntese da história econômica da Idade Média, devemos assinalar que pelo século XIV, e depois das Cruzadas e o posterior desenvolvimento do comércio internacional entre os impérios árabe e bizantino, inaugura-se uma etapa pré-capitalista que durará três séculos. É lá que se levanta mais energética a voz de alguns homens da Igreja contra a tendência à exaltação da riqueza já começava a avivar-se na Europa. São Tomás de Aquino, nesse sentido, não considerará ao comércio pré-capitalista bom ou natural. No entanto, ele o julgava inevitável uma vez que era o meio ao qual o comerciante tinha que manter a sua família. Dessa forma, os lucros do comércio não era outra coisa senão o fruto do trabalho. Se tratava, então, de colocar o acento na justiça da mudança efetuada, para o qual

---

<sup>17</sup> Alguns dos quais começaram a surgir desde o início do primeiro milênio: os grêmios de tecelões de Mainz em 1099, de mercadores de peixes em Worms em 1106, sapateiros em Wurzburg em 1128 etc.



Aquino recorre a Aristóteles, cuja análise sobre o valor de mudança é figurado no seu estudo da Justiça.

Muitos padres da Igreja, desde então, pretenderam formular um conceito de “preço justo”. Nesse sentido, o Cristianismo apresenta uma evolução do seu pensamento sobre o comércio que partia de uma visão absolutamente contrária ao começo da Idade Média (Santo Agostinho (354-430), São Jerônimo (347-420) etc.), a outra mais transacionável, que acompanhou, sobretudo, o pensamento de Aquino.

Algo similar ocorreu com outro dos “preceitos” da Igreja em matéria econômica: a usura. Esta era considerada pela igreja como a melhor forma de obter lucro. O mesmo evangelista Lucas (século I d.C.) foi categórico ao rejeitar essa linha de operações. A lei hebraica também fez isso, e podemos encontrar no livro do Êxodo (22,25) tal proibição a respeito. Mais atrás no tempo, há antecedentes de condenação à usura entre os hindus (Rigveda, cerca de 1500 a.C.) e budistas (século VI d.C.), além do Islã mais próximo do nosso tempo (século VI d.C.).

Ao princípio da Idade Média, como testemunha Roll, a proibição somente alcançava a Igreja, já que o escasso desenvolvimento mercantil não merecia outra coisa. No final da Idade Média, no entanto, que a situação é outra; e a prática secular foi orientada no sentido de promover o empréstimo de dinheiro cobrando por isso um juro. Alarmada ante esses fatos, a Igreja condena mais uma vez a usura no Terceiro Concílio de Latrão de 1179. No mesmo escreveu e ensinou São Tomé (século I d.C.) e outros discípulos da Igreja. No entanto, as práticas econômicas foram minando a autoridade eclesial e está terminou, através de sucessivas etapas, por aceitar, em certas condições e sob certas circunstâncias, a cobrança de juros sobre a concessão de um empréstimo.

Em tal sentido, um dos autores mais representativos só início da Idade Média foi Santo Agostinho. Foi este um dos pilares, em seu tempo, das noções “anticapitalistas” que foram seguidas e complementadas por homens do tamanho de São João (347-407), São Ambrósio (340-397), São Clemente (150-215), São Cipriano (200-258) entre outros.<sup>18</sup>

Santo Agostinho valoriza o trabalho recordando em tal sentido a São Paulo, a que cita com muita frequência em seus textos. Segundo o Bispo de Hipona, todo trabalho manual é bom pelas razões dadas pelo cristianismo primitivo. Concilia, além disso, seu dualismo platônico,

---

<sup>18</sup> Ao respeito, confira: HERZOG, J. S. **Historia del pensamiento económico-social**: de la antigüidad Al siglo XVI.





SOCIOLOGIA

ao sustentar que enquanto o homem trabalha tem a alma livre, de modo que é perfeitamente compatível pensar em Deus ao mesmo tempo em que se trabalha. Essa particular sintonia entre o trabalho e a oração foi perfeitamente posta a prova pelos monges beneditinos, cujo lema “*Ora Et Labora*” (orar e trabalhar) é paradigmático. “Trabalha e não desespere” dizia seu fundador, São Bento de Núrsia (480-547), de seus monastérios distribuídos em um primeiro momento a Subiaco, no início do século VI. Também corresponde a São Bento uma sentença que perdura até o dia de hoje no imaginário moral sobre o trabalho: “*Otiositas inimica est animae*” (a ociosidade é inimiga da alma), tal qual diz uma expressão popular castelhana: “el ocio es la madre de todos los vicios” (o ócio é a mãe de todos os vícios).

Tomás de Aquino, alguns séculos depois, continua a reflexão sobre o trabalho e estabelece uma hierarquia de profissões, onde localiza o trabalho agrícola e artesanal acima do comercial. Uma quota de originalidade na história do pensamento sobre o trabalho consistiu em considerá-lo como uma obrigação somente se necessário para subsistir; ou dito de outra maneira: quem não tem necessidade de trabalhar não tem que fazê-lo. Isso sim, à falta de trabalho, devia dedicar-se à oração e contemplação divina, atividades por certo mais elevadas para o autor da *Suma Teológica*. Logo, considerará que Deus é a causa primária, a que tudo deve a sua existência; por derivação, o homem é causa segunda, procurando atreves do trabalho “criar” em suas dimensões humanas. “Entre todas as formas com que a criatura humana tenta realizar a semelhança divina, não há outra de relevo mais destacado que a de trabalhar, isto é, ser em o mundo causa novos efeitos”, disse o Santo.<sup>19</sup>

Aquino, além disso, utilizando categorias platônicas, hierarquiza o trabalho, considerando o intelectual acima do manual. Chama “artes servis” a estes últimos, enquanto que o trabalho intelectual corresponde ao conjunto das “artes liberais”, dignas de maior remuneração ao fazer uso da inteligência. Esta distinção própria da Escolástica, dá lugar à divisão clássica entre as 7 artes liberais: o *Trívium* (gramática, retórica e dialética) e *quadrivium* (astronomia, geometria, aritmética e música).

Outras contribuições de São Aquino têm a ver com sua posição diante do trabalho agrícola ao qual o considera como o melhor meio para assegurar a subsistência de um povo; a maior importância dada à vida contemplativa sobre a ativa, embora considerando a primeira como “laboriosa”; sua posição sobre a escravidão, que não considerava como natural, no

---

<sup>19</sup> Esta noção do homem como causa segunda desencadeou, no século XX, uma série de reflexões sobre o trabalho de raízes teológicas, daí sua importância.



entanto, entendê-la “útil”<sup>20</sup>; e sua interpretação sobre o contrato de trabalho: neste, o operário não vende a si mesmo, nem seu corpo, nem sua inteligência, nem sequer sua faculdade de trabalho.

Isso significa que o Direito Natural proíbe considerar o trabalho como um objeto de mudança. Propõe, em vez disso, considerar o contrato como um arrendamento de serviço.

Em termos gerais, a valorização que sobre o trabalho se realiza na Idade Média, rebaixando ao trabalho manual em relação a outras tarefas, fica explícita na divisão tripartida que recorre, entre outros, Adalberão Bispo de Laon (947-1030): “*Triplex Dei ergo domus est quae Creditor una nunca oran, alii pugnat, Aliique laborant*” (ternária é a casa do Senhor e não uma: aqui sobre a terra uns oram, outros lutam e outros trabalham).

Não gostaria de deixar passar por alto, finalmente, entre os movimentos originados na Idade Média, a contribuição que sobre o tema do trabalho teve a ordem franciscana. Essa, contra o que muitos podem crer, é uma ordem não mendicante no sentido estrito, mas sim trabalhadora e de pobreza. São Francisco de Assis (1181/82-1226), no final do século XII, marcaria como ninguém dentro do cristianismo, uma vida ascética baseada no trabalho e na pobreza. Inclui, além disso, um elemento pela primeira vez descoberto na cultura europeia: o sentido da alegria que acompanha o trabalho. “Essa condição de 'suor de sua testa' com 'a alegria de seu coração' outorga ao trabalho uma condição diferenciada”.<sup>21</sup>

Avançando então na história da humanidade, entramos na época moderna, caracterizada por cinco grandes eventos:

1. A decadência do poder moral da Igreja e o enfraquecimento de seu poder econômico frente ao da crescente burguesia;
2. O renascimento intelectual e artístico;
3. As viagens para as Índias e a descoberta da América;
4. A formação e a constituição dos Estados-nação;
5. As reformas religiosas de Lutero (1483-1546) e Calvino (1509-1564).

Nesse contexto, os séculos XV e XVI mostraram como o mercantilismo ia avançando apesar dos esforços de alguns pensadores da Igreja que eventualmente perderam o pulso diante do desenrolar dos acontecimentos. Sucessivas encíclicas papais terminaram por legitimar o

---

<sup>20</sup> Os teólogos da Idade Média entendiam que a servidão, *servitus*, não foi imposta pela natureza, mas pela razão natural para a utilidade da vida Humana. E assim não se mudou a lei natural senão por adição. Por isso, a servidão, que pertence ao direito das pessoas, é natural no segundo sentido, não no primeiro.

<sup>21</sup> HOPENHAYN, M. *op. cit.* 62-70.



interesse nos empréstimos e, por meio desta, levou-se a maior acumulação de riquezas por parte dos banqueiros.

Esse foi o meio ideal para o desenvolvimento da atividade do mercador, para quem, o trabalho passou a ser considerado um meio para obter sucesso. Ao dinamizar-se a atividade econômica e mercantil, a visão humanista do trabalho começa a perder valor, realçando-se ao mesmo como um simples meio para fins de enriquecimento.

Talvez a exceção a essa noção estendida entre os novos atores tenha sido a proporcionada pelo humanismo renascentista. Para Campanella (1568-1639), por exemplo, sua “*Cidade solar*”, não existe o divórcio entre trabalho manual e intelectual, isso quando o segundo começa a ser supervalorizado por sua ação no plano das invenções e das novas técnicas.<sup>22</sup> Na mesma linha se situa Thomas More (1478-1535), o autor de “*Utopia*”, outra reação do cristianismo às projeções que estava adquirindo o cada vez mais influente mercantilismo. Embora o trabalho não seja considerado como um mau, pelo contrário, apresenta características humanizadoras, é sugestivo comprovar como em *Utopia* a jornada do trabalho não supera as seis horas diárias e na *Cidade solar* não se devia trabalhar mais que quatro horas. Indubitavelmente, essas versões de sociedades ideais terminariam por impactar sobre maneira a constituição das Missões Jesuítas na América do Sul; e as Franciscanas na Baixa Califórnia.

É o Renascimento, o lugar propício, além disso, para renovar o conceito da virtuosidade, agora traduzida na figura do empresário ou financista audacioso e empreendedor.

Essa linha foi reforçada logo por Calvino, para quem os negócios são um bom serviço a Deus, e a riqueza não é mais que um fruto de uma vida dedicada ao trabalho desde uma perspectiva ética que analisarei com Weber mais tarde, mas que confere ao trabalho a particularidade de ser um caminho para o sucesso.

Esse puritanismo impulsionou sobremaneira a versão do “*homo economicus*” que mais tarde, em pleno auge do capitalismo pós-industrial, ao qual, segundo Daniel Bell (1919-2011), fora substituído pelos valores hedonistas.

---

<sup>22</sup> Recordo, agora, alguns fatos destacáveis nesse sentido: em 1440 Cosme de Médici (1389–1464) funda em Florença a Academia Platônica; em 1464 Regiomontano (1436–1476) publica o *Primeiro Tratado de Trigonometria*; em 1540 é publicado *De la pirotechnia obra póstuma de* Biringuccio (1480–1539); em 1542 Leonhart Fuchs (1501–1566) publica *História das plantas*; em 1543 Copérnico (1473–1543) sustenta a tese heliocentrista; em 1543 Vesalius (1514–1564) lança o primeiro tratado de anatomia moderna; em 1544 Sebastian Münster (1488–1552) publica o primeiro tratado de geografia; no mesmo ano Guillaume Rondelet (1507–1566) desencadeia os primeiros estudos da zoologia moderna; em 1545 Paré (1510–1590) começa a usar a cirurgia etc.



SOCIOLOGIA

Emanuel Isaque – Sociologia do Trabalho



## REFERENCIAL TEÓRICO

AGOSTINHO. **Cidade de Deus**: contra os pagãos. Trad. O. P. Leme. 2ª ed. Bragança Paulista: Editora Universitária, 2008. (Col. Pensamento humano).

\_\_\_\_\_. **O livre-arbítrio**. Trad. N. A. Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, T. de. **Suma Teológica**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. A. C. Amaral e Carlos Gomes. 1ª ed. Lisboa: Veja, 1998.

ARVON, H. **A filosofia do trabalho**. Trad. João Carlos Cunha. 1ª ed. Lisboa: Socicultur, 1961.

AUGUSTI, J. C. W. **Corpus Librorum symbolicorum**. 1ª ed. Elberfeldi, 1827.

BAVA, A. C. **Introdução a sociologia do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. J. F. Almeida. Rio de Janeiro: King Cross, 2008.

BOMENY, H. *et al.* **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. In: FALABRETTI, E.; OLIVEIRA, J. **Filosofia**: o livro das perguntas. 1ª ed. Curitiba: IESDE, 2011.

ELDERS, L. J. **O Pensamento de Santo Tomás de Aquino sobre o Trabalho**. Trad. D. N. Pêcego. Aquinat, nº 9, (2009), 2-12. ISBN 1808-5733.

FOSSIER, R. **O trabalho na Idade Média**. Trad. Marcelo Barreiro. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. **Tratado de Sociologia do Trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

HERZOG, J. S. **Historia del pensamiento económico-social**: de la antigüedad al siglo XVI. 4ª ed. México: FCE, 1939.

HOPENHAYN, M. **El Trabajo, itinerario de um concepto**. 1ª ed. Santiago: PET, 1988.

\_\_\_\_\_. **Repensar el trabajo** – Historia, profusión y perspectivas de un concepto. 1ª ed. Buenos Aires: Norma, 2001.

LUDWIG, E. **Stalin**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Calvino, 1943.

MACHADO, I. J. de R.; AMORIM, H. J. D.; BARROS, C. R. de. **Sociologia hoje**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2013.



**SOCIOLOGIA**

MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O Trabalho na história do pensamento Ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

NOGUERA, J. A. **El concepto de trabajo y la teoría social crítica**. Barcelona: Papers, 2002.

O'CONNOR, D. J. **Historia crítica de la filosofía occidental**. Tomo I – La filosofía en la antigüedad. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 1967.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução a sociologia**. 24ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

PLATÃO. **A República**. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2000. (Col. A obra-prima de cada autor).

\_\_\_\_\_. **Político**. Trad. J. C. de Souza, J. Paleikat e J. C. Costa. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores).

ROLL, E. **Historia de las doctrinas económicas**. 1ª ed. México: FCE, 1942.

SIMÓN, Y. R. **Work, society and culture**. 1ª ed. Nova Iorque: Fordham University Press, 1971.

SILVA, A. *et al.* **Sociologia em movimento**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

THE ZONDERVAN CORPORATION (Ed.). **A História** – a bíblia contada como uma só história do começo ao fim. Trad. Fabiano Morais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

*SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia  
PUCRS - PPG em Ciências Sociais  
Avenida Ipiranga, 6681 - Partenon  
CEP: 90619-900 - Porto Alegre, RS  
secretaria@sbsociologia.com.br*

